

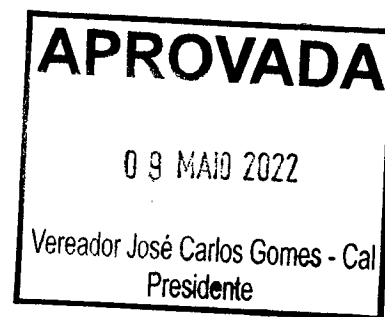


Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores, funcionários e alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica do Município de Pindamonhangaba/SP.



Senhor Presidente:

Apresentamos na forma regimental, Indicação de Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores, funcionários e alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica do Município de Pindamonhangaba/SP.

Plenário Dr. Francisco Romano de Oliveira, 06 de maio de 2022.


Júlio César Carneiro de Souza – Julinho Car

Vereador



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores, funcionários e alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica do Município de Pindamonhangaba/SP.

Senhor Presidente:

Apresentamos na forma regimental, Indicação de Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores, funcionários e alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica do Município de Pindamonhangaba/SP.

Art. 1º. Torna-se obrigatória, no Município de Pindamonhangaba, a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores, funcionários e alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica.

Parágrafo único. A capacitação de que trata o caput deste artigo obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 13.722, de 04/10/2018, e na Lei Estadual nº 16.802/2018, de 27/07/2018, e deverá ser renovada anualmente, com participação de todos os professores, funcionários e alunos.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Dr. Francisco Romano de Oliveira, 04 de maio de 2022.


Júlio César Carneiro de Souza – Julinho Car

Vereador



Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O intuito do projeto de indicação de lei, com base na Lei Federal 13.722, de 04/10/2018, e na Lei Estadual nº 16.802/2018, de 27/07/2018, tem a finalidade de tornar obrigatório a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores, funcionários e alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica do Município de Pindamonhangaba/SP.

A implementação na rede de ensino de Pindamonhangaba, pública e privada, de treinamento de primeiros socorros para alunos e profissionais da Educação, trata-se da conhecida "*Lei Lucas*", que merece muita atenção de todos.

Importante ressaltar em breve resumo histórico sobre o que motivou a criação da Lei Federal e Estadual. Trata-se do aluno Lucas¹, de 10 anos de idade, que se engasgou com um pedaço de cachorro-quente durante um passeio promovido pela escola na qual estudava, em Campinas. Até a chegada do serviço de saúde especializado, o menino não teve os primeiros socorros e faleceu.

Desta forma, não podemos permitir que casos como o do menino Lucas e muitos outros que ocorrem a todo instante continuem acontecendo sem que tenhamos pessoas preparadas para prestar um mínimo de auxílio, o que poderá salvar vidas, não só nas escolas, mas nas ruas e até mesmo dentro de casa.

A vida de Lucas poderia ter sido salva se alguém possuísse o conhecimento básico de primeiros socorros; as chances de sobrevivência poderiam ter sido aumentadas enquanto o serviço médico não chegava ao local, mas o seu falecimento acabou ocorrendo por asfixia mecânica.

Por todo o exposto, peço aos nobres pares, a aprovação deste projeto de lei.

1 <https://cmosdrake.com.br/blog/lei-lucas-conheca-a-historia-por-detras-da-lei/>



Lei Lucas: Conheça a história por detrás da lei

Home (https://cmosdrake.com.br/) » Blog (https://cmosdrake.com.br/blog/categoria/blog/) » Lei Lucas: Conheça a história por detrás da lei

Aline Aquino

16/07/2019



EMAIL (MAILTO:?)
SUBJECT=LEI+L
UCAS%3A+CONH
E%C3%A7A+A+H
IST%C3%B3RIA+

FACEBOOK
(HTTPS://WWW.F
ACEBOOK.COM/
SHARER/SHARE
R.PHP?

TWITTER
(HTTPS://TWITTE
R.COM/INTENT/T
WEET?
TEXT=LEI+LUCAS

(HTTP (HTTP
S://PL //PINT

Você provavelmente já ouviu falar na Lei Lucas, mas poucas pessoas sabem que tem por objetivo primordial proteger as crianças do ensino infantil em situações de acidentes escolares que podem ocorrer em escolas. A lei torna obrigatória a aplicação de cursos que preparem professores e funcionários de escolas, de ensino infantil e básico no atendimento de primeiros socorros ao estudantes em situações de emergência, como em caso de acidentes de segurança no ambiente escolar).

A necessidade dessa lei ocorreu devido a um acidente que aconteceu com Lucas Begalli, uma criança de apenas 10 anos de idade, que perdeu a vida em um simples passeio escolar. Essa fatídica história não poderia ser evitada se houvesse preparo sobre primeiros socorros pelas pessoas responsáveis pelo evento.

Neste artigo, você vai conhecer um pouco mais da história do menino Lucas e o que impulsionou sua mãe, Alessandra, a lutar pela criação de uma lei que evitasse que outras crianças passassem pelo mesmo que ela passou ao perder seu único filho. Saberá ainda sobre a importância de cobrar das autoridades leis que tragam benefícios e diretrizes para os pais e responsáveis. Continue a leitura e confira!

O que aconteceu com Lucas Begalli?

Lucas Begalli tinha apenas 10 anos quando perdeu a vida em uma excursão da escola que frequentava, em Campinas. Motivo: asfixia mecânica que ocorreu em questão de minutos. Ou seja, ele morreu com um pedaço de salsicha do cachorro quente que serviram no lanche. Mas não recebeu os primeiros socorros de forma rápida e adequada.

Lucas chegou a transferido em uma UTI móvel para o hospital, mas acabou falecendo. Ele sofreu sete paradas cardíacas (https://cmosdrake.com.br/blog/como-salvar-vida-de-uma-crianca-que-sofre-para-cardiorrespiratoria/) em 50 minutos de tentativas de ressuscitação.

É possível que, se houvesse tentativas de reanimá-lo antes da chegada da UTI móvel, talvez ele estivesse vivo — o tempo nesses casos é um dos mais importantes fatores para a sobrevivência do paciente e os primeiros minutos são decisivos.

Como começou o alerta de Alessandra pela segurança das crianças nas escolas?

Por causa do seu filho único, a Lei Lucas se tornou o motivo para Alessandra Begalli, a mãe do menino, se manter viva mesmo sem a presença da criança; afinal, ela continuou lutando por uma causa até então inexistente na legislação brasileira. Ela não se conformou com a situação de morte do filho. Afinal, se houvesse pessoas treinadas na escola pelo menos para os primeiros socorros — ele poderia ter sido salvo.

Para começar sua trajetória de alertar a sociedade sobre a importância de capacitar profissionais que atuam com crianças a agirem nos primeiros socorros, Alessandra e sua irmã criaram uma página no Facebook (https://www.facebook.com/vailucas/).

(https://cmosdrake.com.br/pb/blog/lei-lucas-conheca-a-historia-por-detras-da-lei/ (https://cmosdrake.com.br/en/blog/lei-

Folhas com a história por detrás da lei (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2018/2018/lei/L13722.htm) foi sancionada dia 04/10/2018. Ela obriga as escolas, públicas e privadas, de educação infantil e básica, a se equiparem para atendimentos de primeiros socorros.

O que diz a Lei Lucas?

Lei Lucas (13.722/18) (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2018/2018/lei/L13722.htm) foi sancionada dia 04/10/2018. Ela obriga as escolas, públicas e privadas, de educação infantil e básica, a se equiparem para atendimentos de primeiros socorros.

As instituições de ensino devem ministrar cursos que capacitem professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros. Tal obrigação se estende aos estabelecimentos de recreação infantil (https://cmosdrake.com.br/blog/lei-lucas-e-importancia-do-preparo-em-primeiros-socorros-dos-professores) e entenda a importância do preparo em primeiros socorros dos professores).

Segundo a deputada Pollyana Gama, o curso deverá ser ofertado em dois anos. E vale ressaltar que haverá penalidades para quem não cumprir a lei. A punição começa pela notificação do descumprimento da lei. Após isso, pode haver multa e até mesmo a cassação do alvará ou responsabilização patrimonial.

O objetivo é garantir que todos saibam agir nos primeiros socorros até que a assistência médica especializada chegue ao local.

O que é preciso para garantir mais segurança nas escolas?

Itens de segurança

Além do cumprimento da Lei Lucas, é muito importante que as escolas se equipem com itens de segurança que, em muitos casos, são essenciais para salvar vidas. A prevenção contra problemas inesperados não é apenas saber agir nos primeiros socorros (https://cmosdrake.com.br/blog/5-acoes-para-melhorar-a-seguranca-no-ambiente-escolar/), ela inclui também estar equipado para várias situações que podem se apresentar — principalmente para as emergenciais como uma parada cardíaca — bem como dar estrutura para um atendimento mais rápido.

Clique (https://cmosdrake.com.br/blog/5-acoes-para-melhorar-a-seguranca-no-ambiente-escolar/) e conheça 5 ações para melhorar a segurança no ambiente escolar

Muitos problemas, principalmente os relacionados ao coração, não dão muita margem de tempo para esperar ajuda. O atendimento deve ser rápido e ágil para aumentar as chances de salvar a vida da vítima.

Desfibrilador Externo Automático

Ter um Desfibrilador Externo Automático (DEA) (https://cmosdrake.com.br/blog/por-que-ter-um-dea-desfibrilador-externo-automatizado-na-sua-empresa/) pode ajudar a salvar vidas em casos de parada cardiorrespiratória até que o atendimento especializado chegue ao local. O socorro nos primeiros minutos pode ser decisivo para a sobrevivência da vítima, sendo assim com um DEA utilizado logo nesses períodos, o paciente tem 90% de chances de sobreviver.

O DEA é um equipamento seguro e de fácil manuseio, capaz de fazer o diagnóstico e tratamento automatizado para reverter quadros de arritmias cardíacas malignas. E qualquer pessoa previamente treinada consegue utilizá-lo sem dificuldades ou necessidade de conhecimentos médicos. Afinal, o equipamento faz o diagnóstico automático, por meio de seus sensores de alta tecnologia. E, caso indique a necessidade do choque elétrico, ajusta também a carga que deve ser aplicada no paciente..

Quem opera o aparelho necessita apenas saber posicionar os sensores (eletrodos) de diagnóstico e tratamento no tórax da pessoa que está sendo atendida. Logo após, apertar o botão de tratamento quando orientado pelo próprio equipamento. Ação que é iniciada tanto por comandos de voz como de texto, e indicações gráficas no display com segurança e de forma instrutiva.

Entenda melhor como podemos tomar algumas ações para ajudar a salvar a vida de uma criança (https://cmosdrake.com.br/blog/como-salvar-vida-de-uma-crianca-que-sofre-para-cardiorrespiratoria/) que sofre uma parada cardíaca e como o desfibrilador é utilizado em crianças.

Conclusão

Como você pode ver, existem formas de manter os locais que frequentamos mais seguros. Principalmente ao capacitar os funcionários para atendimentos de primeiros socorros até que chegue um atendimento médico. Logo, é importante que a lei seja seguida pelas instituições de ensino. É nelas que as nossas crianças permanecem por grande parte do tempo.

Se houver qualquer dúvida, consulte-nos. Somos a CMOS DRAKE (https://cmosdrake.com.br/quem-somos/), fabricante pioneira em desfibriladores na América Latina, e temos como missão primordial levar um equipamento que salva vidas ao alcance de todos os brasileiros e assim garantir mais segurança em todos os ambientes que frequentamos, incluindo um desfibrilador para escolas.

< Voltar para o Blog (https://cmosdrake.com.br/blog/)